

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ana Carolina Franco dos Santos

POKER, R. B.; et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. Cultura Acadêmica/Oficina Universitária: Marília, 2013.

RESENHA

Tendo em vista o caráter seletivo e meritocrático da educação escolar, este livro busca a construção de uma proposta educacional inclusiva. Segundo os autores para que uma escola realmente inclusiva seja possível é importante que o professor rompa com modelos estereotipados e fechados e promova uma educação onde a diferença deixe de ser negada em busca de uma homogeneização.

Não se trata somente de reconhecer as diferenças e sim conhecer a história dos grupos minoritários. Esse livro significa um primeiro passo na busca por um novo fazer pedagógico. Nele estão contemplados Plano de Desenvolvimento Individual: avaliação e prática pedagógica na Sala de Recursos Multifuncional, Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com deficiência intelectual: Relato de caso – Aluno com Síndrome de Down, Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com transtorno global do desenvolvimento: Relato de caso – Aluno com autismo, Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com deficiência visual: Relato de caso – Aluno com baixa visão, Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com surdocegueira: Relato de caso – Aluno com surdocegueira, Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com surdez: Relato de caso – Aluno com surdez usuário da Língua Brasileira de Sinais e o Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com deficiência física: Relato de caso – Aluno com paralisia cerebral.

No capítulo 1 **Plano de Desenvolvimento Individual: avaliação e prática pedagógica na Sala de Recursos Multifuncional** vê-se que o Brasil, desde 1985, vem tentando universalizar a educação. Para isso algumas ações passam a ser realizadas. Nessa direção, em 1994, o Brasil afirma o compromisso de garantir o acesso ao Ensino Fundamental de forma gratuita, obrigatória e inclusiva durante a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*, realizada em Salamanca, na Espanha. Em 1996, com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as crianças com necessidades educacionais especiais

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2019.v6n1.15.p213>

ganham o direito de se matricularem no Ensino Regular. Em 1997, ainda com base na LDB, o governo lança os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), os quais enfatizam a relevância do respeito as diversidades culturais, regionais, étnicas e políticas e preconizam a consolidação da proposta educacional inclusiva nos sistemas públicos estaduais e municipais de ensino.

É somente com a LDB que os currículos começam a se organizar para atenderem a diversidade. Nesta conjuntura, juntamente com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial, surge em 2008, a proposição do serviço intitulado Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a finalidade de complementar e/ou suplementar o trabalho pedagógico realizado na sala de aula comum do ensino regular.

O público alvo do AEE compreende alunos com deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades ou superdotação.

Além do atendimento direto voltado para o aluno, o profissional responsável pelo AEE tem como atribuição subsidiar o professor do ensino regular com orientações e recursos diferenciados. Exemplos de alguns recursos pedagógicos e de tecnologia diferenciados são a apresentação do código braile, o uso da reglete e do soroban, a Língua Brasileira de Sinais, a Comunicação Alternativa, etc.

Dessa forma, para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas Salas de Recursos Multifuncionais, é fundamental um diagnóstico inicial da situação cognitiva, sensorial, comportamental, física e motora de cada aluno atendido, com vistas a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado que integre as especificidades, isto é, as necessidades de aprendizagem de cada educando.

Sobre o Plano de Ensino Individualizado, ele deve ser feito pelo professor do AEE juntamente com o coordenador pedagógico, e deve ser composto de duas partes: a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada para a proposta de intervenção. São assim denominadas: Parte I – Informações e Avaliação do Aluno e Parte II – Plano Pedagógico Especializado.

Parte I – Informações e Avaliação do Aluno: a avaliação é fundamental na escola inclusiva. Através dos dados coletados na avaliação é possível definir quais os melhores recursos, estratégias e metodologias. Uma avaliação detalhada permite coletar dados sobre as dificuldades do aluno, tanto em relação aos processos cognitivos, bem como aos aspectos sociais, familiares, emocionais e escolares. Os dados permitem planejar estratégias pedagógicas individualizadas.

Parte II – Plano Pedagógico Especializado (PPE): constitui o plano de intervenção pelo professor do Atendimento Especializado. Tal plano tem o objetivo de promover a aprendizagem do aluno com deficiência, por meio de um currículo que atenda às suas necessidades englobando atividades, recursos e conteúdos apropriados. Esse atendimento pedagógico complementar a partir do PPE fundamenta-se no desenvolvimento de competências e aptidões fundamentais para sua participação efetiva na classe regular, produção

e uso de recursos especiais, bem como estratégias e metodologias diferenciadas, que facilitem a compreensão dos conteúdos trabalhados no ensino regular.

Nesta parte que trata da *organização do Atendimento Educacional Especializado*, são apresentadas informações fundamentais como o tipo de Atendimento Educacional Especializado de que o aluno necessita (se é atendimento em Sala de Recursos Multifuncional, se precisa de intérprete na sala regular, de professor de Libras, de tutor na sala regular, de atendimento domiciliar), a quantidade de atendimentos semanais e a composição do atendimento (grupal ou individual). Outro dado relevante refere-se às outras áreas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem do aluno, como: fonoaudiologia, serviço social, psicologia ou outra área da saúde.

O capítulo 2 o **Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com deficiência intelectual: Relato de caso – Aluno com Síndrome de Down** contempla a apresentação de um estudo de caso de um aluno com Síndrome de Down, bem como de uma proposta de AEE e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), tendo em conta as especificidades avaliadas.

O aluno em questão possui 13 anos, reside com a mãe e o irmão, mas conta também com o apoio do pai, que embora não habite a mesma casa, incumbe-se da tarefa de leva-lo aos atendimentos especializados.

Trata-se de um estudante com diagnóstico de Síndrome de Down, deficiência intelectual, leve atraso no desenvolvimento psicomotor o qual conseguiu adquirir proficiência na leitura e na escrita embora tardiamente e encontra-se em atendimento na APAE no contraturno da escolarização, três vezes por semana.

A escola do referido educando tem um delineamento favorável a inclusão, com bom funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional e parceria com a APAE no acompanhamentos dos alunos e nos encaminhamentos para atendimentos clínicos especializados.

No que se refere ao desenvolvimento o aluno reconhece estímulos auditivos. Os estímulos táteis e sinestésicos apresentam-se adequados. A percepção espacial encontra-se apropriada, porém, apresenta dificuldades na temporalidade, assim como na memória de curto prazo (auditiva e visual). Apresenta também dificuldade de atenção e concentração.

A leitura é vacilante, não compreende muitas vezes os textos lidos e encontra obstáculos nos problemas de raciocínio matemático.

Na área emocional, afetiva e social o educando apresenta facilidade em socializar-se, porém, com baixa autoestima em situações de aprendizado ou resolução de problemas.

Na segunda parte desse capítulo as autoras utilizam-se do modelos de avaliação diagnóstica para o AEE e o PDI e elaboram um Plano de Atendimento Individual que respeite as características mencionadas acima. Primeiramente levantando características do aluno e suas necessidades educacionais especiais, posteriormente traçando um Plano de atendimento fiel as

características e particularidades do discente. Esse Plano apresenta orientações para a escola, para a sala de aula, para a família e até em relação a saúde do educando, evidenciando as responsabilidades de todos inclusive da Sala de Recursos Multifuncional.

O capítulo também contempla a exposição de resultados obtidos com o desenvolvimento do PDI, entre os quais: melhoras significativas em relação a atenção e concentração, maior linearidade na organização temporal e narração de histórias, assim como a ampliação do repertório de gêneros textuais.

Para o ano letivo seguinte foi sugerido continuidade nas áreas de produção de texto em diferentes gêneros, expandindo o desenvolvimento da organização temporal e o trabalho com a compreensão de enunciados de exercícios de raciocínio matemático. Na oralidade recomenda-se que seja mantido o atendimento fonoaudiológico.

O capítulo 3 o **Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com transtorno global do desenvolvimento: Relato de caso – Aluno com autismo**, abrange um estudo de caso de um aluno com autismo. O referido aluno encontra-se com 11 anos. Sua gestação foi aguardada com ansiedade, porém o pai não aceitou o diagnóstico e se afastou da família rompendo o contato com a criança, o que motivou a mãe a voltar a morar com os avós maternos. Trata-se de um aluno com atrasos no desenvolvimento. Seu primeiro diagnóstico ocorreu quando o aluno estava com aos dois anos de idade: Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. Posteriormente ao laudo o aluno começou a frequentar a APAE concomitante a Educação Infantil. Aos três anos e meio recebeu o diagnóstico de Síndrome do Cromossomo X-Frágil e Síndrome de Asperger, realizado por uma clínica-escola. Com 5 anos confirmou-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, desde então, foi encaminhado para um Centro de Atendimento aos Autistas e Patologias Associadas.

A família tentou manter o aluno em escolas regulares, mas encontrou inúmeras dificuldades. Dos 8 aos 10 anos foi um período conturbado, o aluno precisou ter o tempo das aulas reduzido e a maior parte do período escolar ficava caminhando pela Instituição Escolar acompanhado de uma estagiária.

Para complicar, o aluno se apegou muito ao avô que veio a falecer quando ele completou 10 anos, fator que contribuiu para acentuar sua agressividade.

Com 11 anos de idade foi encaminhado para a Sala de Recursos Multifuncional onde foi relatado um comportamento agressivo por parte do educando, baixa atenção, linguagem oral comprometida – comunicação por monossílabos, utilização de gestos, expressões faciais e emissão de alguns sons não decifráveis, ou seja, comunicação sem uso da fala.

Apresentou dificuldade em se socializar e de se comunicar. Apesar do aluno ter o apoio da família enfrentou muitas dificuldades para estudar.

Na segunda parte deste capítulo é apresentado possibilidades de AEE para o referido aluno assim como seu Plano de Desenvolvimento Individual.

Primeiramente são apresentadas informações relevantes relacionadas ao quadro familiar e escolar assim como uma avaliação das habilidades e competências do aluno em questão.

No desenvolvimento do aluno a principal dificuldade levantada foi a atenção, a memória verbal e a linguagem. No Plano Pedagógico Especializado são apontadas as formas de organização dos atendimentos em sala de recursos focando nas dificuldades apresentadas principalmente na sociabilidade, entre as quais: auxiliar o educando a adquirir atenção, concentração, a memória visual e auditiva e a linguagem.

Entre as ações positivas durante o período de observação, cita-se a elaboração e utilização do sistema de Comunicação Alternativa e Suplementar (CAS) com a participação da família, reelaboração do papel da estagiária em sala de aula e o aumento de seu tempo de permanência na classe.

No capítulo 4 o **Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com deficiência visual: Relato de caso – Aluno com baixa visão** deparamo-nos com o caso de um aluno de 8 anos, com baixa visão, que está matriculado no 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede municipal de ensino.

Trata-se de uma criança com problemas de assiduidade em virtude dos contratempos com o transporte escolar, já que reside na zona rural. Seus pais são trabalhadores rurais e o relacionamento familiar é tranquilo.

No laudo do oftalmologista consta que o educando em questão tem baixa visão em decorrência de toxoplasmose com diagnóstico de coriorretinite macular bilateral, cujos aspectos quantitativos são: OD 20/400 e OE 20/280. Manifesta resíduo visual em ambos os olhos e embora não faça uso de medicamento, necessita fazer uso contínuo de óculos.

Apresenta desempenho escolar insatisfatório e timidez exacerbada. Não manifesta bom desempenho em atividades de manipulação de objetos. Tem boa memória e atenção auditiva, assim como bom desenvolvimento das percepções tátil e sinestésica, com exceção da percepção espacial. Situa-se na hipótese de escrita silábico-alfabético e no que se refere ao raciocínio lógico-matemático, realiza as quatro operações simples com o apoio de material concreto.

Na segunda parte deste capítulo apresenta-se modelos de avaliação diagnóstica para o AEE e o PDI. Nas informações e avaliação do aluno coletou-se informações do âmbito familiar e escolar. Em relação a função cognitiva apresenta baixa percepção visual, enquanto as percepções auditiva, tátil e sinestésica estão bem desenvolvidas. A atenção do aluno está voltada para os estímulos auditivos. Apresenta boa memória, a linguagem mostra-se adequada, o raciocínio lógico atende a idade/série e nas funções motoras não apresenta bom desempenho.

No Plano de Desenvolvimento Individual vemos a necessidade de ampliação das atividades e material com a letra previamente ampliada, dinâmicas focadas na superação da timidez do educando, atividades grupais e de expressão oral.

Há também a necessidade de se trabalhar com este aluno a área motora (desenvolver percepção global do corpo; desenvolver habilidade manual; apreender técnicas gráficas; desenvolver a orientação espacial e temporal) e a área social (desenvolver habilidades sociais e expressão oral ampliando a interação com os colegas).

Com esse aluno fica evidente a relevância dos recursos e equipamentos como computador, lupa eletrônica, alfabeto móvel, material dourado, jogos etc.

Com relação aos resultados obtidos o educando obteve melhoras na organização temporal e espacial, na ampliação de vocabulário e memória visual, na realização de cálculos simples e na escrita de palavras com sílabas simples.

O capítulo 5 o **Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com surdocegueira: Relato de caso – Aluno com surdocegueira** nos apresenta o caso de uma menina de 9 anos que foi diagnosticada com surdez neurossensorial profunda bilateral congênita aos oito meses de idade.

Usuária de aparelho de amplificação sonora, a garota conseguiu pronunciar algumas palavras, como: “ãe” para mãe, “nãõ”, “dã”, entre outras aos três anos de idade. Todavia, a oralidade passou a ser pouco utilizada a medida que apropriou-se da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Sua família conhece só os sinais básicos da Libras, deixando a aluna muito nervosa quando não consegue se comunicar. Os pais entram em conflitos desde quando a educanda começou a utilizar a Libras, aos cinco anos de idade, pois o pai queria que a filha falasse. Motivo de intensificação das brigas que desencadearam na separação do casal.

Aos oito anos de idade a aluna frequentava o segundo ano do Ensino Fundamental, com atendimento educacional especializado duas vezes por semana na Sala de Recursos Multifuncional. Foi nesse período que começou a apresentar problemas visuais. Foi então encaminhada para avaliação oftalmológica que diagnosticou sintomas de retinose pigmentar, sendo identificada a Síndrome de Usher – tipo 1. A mãe e a avó ficaram abaladas, pois descobriram que a aluna ficaria cega. O pai não aceitou o diagnóstico e só manteve contato esporádico com os irmãos mais novos. A mãe desenvolveu depressão sendo necessário o seu encaminhamento para atendimento psicológico.

A mãe é presente e solicita com a escola e os atendimentos especializados. A professora da sala de recursos auxilia a professora da classe sobre a utilização de materiais ampliados e em alto-relevo. Mesmo diante do fato de que a aluna ficaria cega, sua visão funcional permaneceu sendo explorada, juntamente com os outros canais sensoriais.

Na sala de recursos desenvolveu-se o senso de orientação e mobilidade. A escola providenciou mudanças no mobiliário, iluminação, lousa individual e materiais diversos para auxiliar a educanda. Os sentidos do tato e do olfato também foram trabalhados, obtendo-se melhoras no desempenho. No caso específico da aluna em questão, a Libras-tátil acabou apresentando-se como a melhor forma de comunicação.

Entre as manifestações avaliadas, cita-se que a aluna grita quando não é compreendida ou não lhe dão atenção. É ansiosa, usa todo tipo de gesto, esboça sons verbais, usa Libras. Lê algumas palavras desde que os materiais estejam ampliados.

No AEE e PDI dispõe informações e avaliação da aluna com surdocegueira. Na organização do Atendimento Educacional Especializado vê-se as especificidades da educanda diante do primeiro diagnóstico e do diagnóstico posterior. As necessidades educacionais especiais da aluna são principalmente a comunicação com a perda sucessiva de visão, assim como a manutenção das libras e das atividades ampliadas. A educanda apresenta boa memória, a percepção foi alterada pela perda progressiva da visão, a linguagem é prejudicada com a diminuição do campo visual prejudicando a utilização das libras. Apresenta raciocínio lógico adequado e dificuldades nas funções motoras devido ao contratempo da diminuição da locomoção.

O Plano Pedagógico Especializado foca na necessidade da utilização do código braile, libras tátil, atividades de vida diária buscando a autonomia da aluna assim como desenvolver atividades que estimulam a percepção sinestésica, tátil, olfativa e gustativa.

No ano desse Plano observou-se que foram conquistados uma ampliação do tempo de concentração da educanda; desenvolvimento da memória visual, tátil, olfativa e gustativa; melhoria da sua localização espacial e temporal.

No capítulo 6 o **Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com surdez: Relato de caso – Aluno com surdez usuário da Língua Brasileira de Sinais** percebe-se que o educando, um menino de dez anos de idade, aos dois anos foi diagnosticado com surdez neurossensorial congênita bilateral profunda. O aluno desde o diagnóstico começou a utilizar aparelho de amplificação sonora individual (AASI) nos dois ouvidos. Frequentou a fonoaudióloga por seis anos, mas não se apropriou da linguagem, pronunciando somente palavras isoladas.

Desde os quatro anos começou a aprender a Libras (Língua Brasileira de Sinais) contra a vontade da mãe. Desenvolveu a habilidade de realizar leitura orofacial (LOF), no entanto não consegue se comunicar unicamente desta forma. Na escola e na igreja, encontra-se entrosado com outros surdos usuários de libras. A mãe permanece com resistência ao uso dessa modalidade de linguagem, mas reconhece que a criança passou a se comunicar mais depois que aprendeu e que a família também se apropriou dos sinais básicos.

Atualmente o aluno cursa o quarto ano do Ensino Fundamental e ainda se encontra na fase inicial da alfabetização. A professora alega que como a professora do AEE fica em outra escola há dificuldades para as duas se comunicarem. Como o aluno não frequenta mais o atendimento fonoaudiológico também há dificuldades de comunicação com os profissionais de saúde responsáveis por ele. A professora participa de um curso de Libras e afirma tentar adaptar as atividades de acordo com as necessidades do educando.

Na sequência do capítulo vê-se que a escola do referido aluno não parece preparada para atender alunos com NEE principalmente surdos, pois não possui sala de recursos multifuncional, nem intérprete de Libras.

O educando não apresenta dificuldades quanto à percepção visual, tátil, olfativa e sinestésica, porém encontra entraves na comunicação devido à baixa atenção. Nas situações pedagógicas com apoio visual a atenção do aluno é mais significativa. A Libras se configura como a primeira língua embora utilize recursos da oralidade, por meio da leitura orofacial.

Ainda é necessário para atender o educando nas suas necessidades contratar intérprete de Libras para o acompanhamento pedagógico e ampliar com a comunidade as questões relativas a inclusão, disseminação e utilização da Libras.

No capítulo 7 o **Plano de Desenvolvimento Individual para o aluno com deficiência física: Relato de caso – Aluno com paralisia cerebral** vê-se um adolescente de 14 anos que encontra-se matriculado no sexto ano do Ensino Fundamental II de uma escola estadual de um município do interior do estado de São Paulo.

No nascimento o aluno recebeu o diagnóstico clínico de encefalopatia crônica não progressiva da primeira infância (paralisia cerebral), tem instabilidade postural com ausência de controle de tronco, restrições de movimento nos membros superiores, obrigando-o a utilizar a cadeira de rodas.

O aluno se comunica bem oralmente e faz uso da reabilitação clínica com apoio de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Somente o pai exerce uma atividade remunerada para garantir o sustento da casa, sendo ainda necessário contar com o apoio de programas sociais da prefeitura e do governo federal (bolsa-família).

Foi reprovado duas vezes no seu processo educacional, concluindo o Ensino Fundamental I aos 13 anos de idade.

O discente demonstra-se parcialmente integrado às atividades da sala de aula, pois ainda não consegue acessar alguns espaços da Instituição Escolar que não possuem rampa de acesso como por exemplo a biblioteca (o prédio possui em sua estrutura andar superior, cujo único acesso é por escadas).

Há necessidade de materiais pedagógicos adaptados de tecnologia assistida como o computador, softwares específicos que atendam ao comando verbal, no entanto o aluno não tem acesso a esses recursos.

Por fim, o livro apresenta-se como um relevante recurso para professores da rede pública de ensino, pois apresenta subsídios para auxiliar a inclusão a se tornar uma realidade no dia a dia escolar.